



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo

### ATA DA SEGUNDA (2ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;  
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Segunda (2ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 16 de fevereiro de 2018. Às 20h41, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: André Albejante Mazon (01), Cinoê Duzo (02), Cristiano Gaioto (03), Geraldo Vicente Bertanha (04), Gérson Luiz Rossi Júnior (05), Jorge Setoguchi (06), Luís Roberto Tavares (07), Luiz Roberto de Souza Leite (08), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (09), Marcos Antonio Franco (10), Maria Helena Scudeler de Barros (11), Moacir Genuario (12), Orivaldo Aparecido Magalhães (13), Samuel Nogueira Cavalcante (14), Sônia Regina Rodrigues (15), Tiago César Costa (16) e, ausente, Alexandre Cintra (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Geraldo Vicente Bertanha, para que procedesse a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o Sr. Presidente deu por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**". Não haviam proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, levando o Sr. Presidente ao uso da palavra no "Expediente", conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Todavia, resultado de requerimento verbal aprovado, na sessão anterior, todos os inscritos declinaram do uso da palavra. Ato contínuo, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h43, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: "Ex-vi" do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1.** Projeto de Lei nº 08 de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, "dispondo sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 540.876,00". Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação, Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para comentar o projeto, fez uso da palavra o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Disse que trazia uma explicação jurídica e aclarou que, no orçamento, em vigor, não constava o crédito, por isso, a Câmara estava sendo chamada a aprovar o crédito adicional, termo usado para incrementar o orçamento vigente. Também discutiu a matéria a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Completando as explicações de seu antecessor, na tribuna, a vereadora colocou, que o Poder Executivo tivera que providenciar o projeto de aditivos especiais, exatamente, para execução orçamentária; que as Comissões Permanentes haviam se reunido, "num encontro muito bom", com o Secretário Municipal de Finanças, na manhã da última quarta-feira, quando o gestor lhes havia



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

explanado sobre o crédito a ser aberto, tratando-se de uma verba vinculada, sem contrapartida do município, evidenciando o interesse público; que o montante seria dividido, cerca de duzentos e cinquenta mil reais, para aquisição de dois ônibus, objetivando o transporte de escolares, unidades com plataforma elevatória, e outros dezenove mil reais, para aquisição de uma relação de brinquedos didáticos, que as comissões haviam entendido como necessária a aprovação do projeto, visando adicionar o crédito especial ao orçamento, e que, não existiam dúvidas, tudo estava muito claro. O próximo orador a comentar a matéria foi o Vereador Luís Roberto Tavares. Ele esclareceu, que seu voto seria favorável ao projeto, mas, dirigindo-se à Vereadora Maria Helena, registrou que, na administração de Gustavo Stupp, muito mais cuidado era tido, pela vereadora, para aprovação de créditos adicionais, que juntos eles tinham fiscalizado e muito tais questões e que, ele iria acompanhar, de perto, o desenrolar do projeto, em tela; (submetido a votos, em Sessão de hoje, Turno Único, a Câmara aprovou, pela unanimidade dos vereadores presentes, o Projeto de Lei nº. 08/2018, de autoria do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim);

**2.** Projeto de Lei nº 09 de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 500.000,00”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação, Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento. Para comentar a matéria, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela disse, que o protejo era semelhante ao anterior, solicitando mesma autorização, discutido que fora, naquela mesma reunião já mencionada, entre as Comissões Permanentes e o gestor da pasta financeira; que o montante seria destinado ao recapeamento urbano, a ser realizado, em diversas ruas centrais, na cidade, iniciando-se o serviço, no Bairro Mirante, na praça, até o final da Rua Padre João Ramalho, já no Jardim Brasília; que o dinheiro viria a fundo perdido, proveniente do orçamento do Ministério das Cidades, e não haveria qualquer contrapartida,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

por parte do município, que se tratava de recapeamento urbano e não de operação tapa-buracos, e que, as Comissões Permanentes haviam concluído pela aprovação, para aval ao prefeito, a fim de que fosse feito o convênio, com o Ministério das Cidades; (submetido a votos, em Sessão de hoje, Turno Único, a Câmara aprovou, pela unanimidade dos vereadores presentes, o Projeto de Lei nº. 09/2018, de autoria do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. Ele, desde logo, cumprimentou o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, pelo transcurso do aniversário de nascimento. Na sequência, versou sobre o assunto da redução número de vereadores, objeto de proposta, de sua iniciativa, no ano de 2017, e salientou que, quando apresentara a proposta, no passado, recebera duras críticas, logo, nada melhor que o tempo, para provar a conscientização das pessoas; que, independentemente, da autoria da proposta, os vereadores deveriam ser sempre democráticos; que, no passado, ele não rebatera, ou revidara as críticas e os ataques pessoais; que ele desejava agradecer aos Vereadores Cristiano Gaioto, Manoel Palomino, Samuel Cavalcante, André Albejante Mazon, os quais, de pronto, haviam assinado sua proposta, no ano passado, e explicou o trâmite de um projeto para emenda à LOM, desde a coleta de doze assinaturas, até a obrigatoriedade da realização de, no mínimo, duas audiências públicas, após a apresentação do projeto, propriamente dito; que ele não desejava ser presunçoso, mas “o calor da rede social”, clamava por respostas e perguntou, por que não uma resposta da Câmara?; que, na cidade de Mogi Guaçu, com o dobro de número de habitantes, havia um número inferior de vereadores; que ele não estava questionando a capacidade de cada cidadão, pois todos tinham o direito de participarem das eleições, porque, para colocar “a cara à tapa, na rua”, dever-



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

se-ia ter coragem e vergonha, prometer nada e nem criar falsas expectativas nas pessoas; que todos os atuais vereadores tinham sido eleitos, legitimamente, e detinham a responsabilidade de dar uma resposta à população; que ele agradecia o apoio do vereador Orivaldo e do Vereador Marcos, pois ambos haviam empenhado a palavra de apoio à matéria da redução; que ele acreditava até, numa futura eleição, para presidência da Casa, que ele, orador, enquanto candidato, pensava poderia contar com o voto dos Vereadores do PMDB, Tiago e Moacir, e que, na sua primeira entrevista, nesta legislatura, concedida ao Jornalista Vicente Bertanha, no seu programa diário, na rádio, ele dissera ser pessoa irreverente, mas responsável, explicando que era irreverente, porque era pessoa feliz. O próximo orador foi o Vereador Cristiano. Ele se referiu a verba, que o Vereador André e ele tinham solicitado, em abril de 2017, junto ao Deputado Alexandre Leite. Falou da sua incansável busca, por recursos, para a cidade, que de sua parte, tal atividade era muito prazerosa, porque ele estava alcançando muito êxito, em suas solicitações, todavia, registrou que isso muito dependia da disposição da administração, e citou duas emendas, que estavam estacionadas, em seu trâmite, aguardando as ações, por parte da Prefeitura. Narrou que estava preocupado, porque o PAR - Plano de Ações Articuladas, instrumento do Ministério da Educação, para auxiliar as Secretarias de Educação de Estados e Municípios, no planejamento de ações, para Mogi Mirim, estava bloqueado, em virtude dos problemas com a creche do NIAS, sem solução até a data, sob ação judicial; que estava com medo de Mogi Mirim não conseguir recursos e frisou que a prefeitura precisava regularizar a situação do NIAS, para que a Secretaria de Educação não ficasse prejudicada, no tocante à chegada de recursos; que era do seu conhecimento, que os Deputados Alexandre e Barros Munhoz estavam acompanhando a questão, ajudando e isto, deixava-o feliz e menos preocupado, que ele tinha recebido um e-mail do Deputado Alexandre, na data, comunicando à prefeitura, autorização para dar início ao



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

projeto de cobertura da quadra da Escola Edna Choqueta, no Jardim Paulista, na zona norte, algo que o deixava também feliz, pois fora pedido, que o Vereador André e ele tinham apresentando, ao deputado, no ano passado. Relatou ainda, que a Vereadora Sônia e ele tinham viajado até São Paulo, para pleitear pedido junto à Secretaria de Saúde, e, em breve, eles teriam uma boa notícia a anunciar a todos, que esta era, então, a grande felicidade de sua vereança, as conquistas, e, para finalizar, registrou que todos os vereadores estavam, igualmente, empenhados. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Ele se manifestou, em relação aos “projetos embriões”, que estavam sendo apresentados, na Casa, para diminuição do número de vereadores, em Mogi Mirim, e afirmou que, sob sua ótica, Mogi Mirim tinha vereadores demais; que muitos temiam, que um número menor de edis pudesse ser facilmente manipulado, pelos prefeitos, e ele não concordava, com tal argumento, porque não entendia ser possível um vereador deixar-se manipular; que ele aprendera, no seu primeiro ano de mandato, a se preocupar com o que falava, em tribuna, para não ser mal interpretado e se dirigindo aos Vereadores André e Cinoê, sublinhou que não era contra a diminuição do número de vereadores, mas sim, contra a maneira, como a matéria tinha sido colocada, em plenário, para os vereadores se posicionarem, e lembrou, quando o Vereador Cinoê, ao desejar propor a diminuição, fizera-o, de surpresa, impondo e pedindo a assinatura dos pares, no projeto, pretendendo doze assinaturas, porque “isso era complicado”; que ele, naquela ocasião, assinara a proposta; que, na data, o Vereador André Mazon fizera a mesma coisa, trazendo, agora, a proposta do plebiscito, sem uma conversa prévia, e perguntou, como ele poderia decidir algo, de repente, questionando ainda, o porquê de um plebiscito; que ele entendia a diminuição como necessária à economia do município, todavia, solicitou que tais temas fossem discutidos, previamente, em reunião, entre os pares, primeiro, para evitar “o apelo popular”, ou uma autoria distinta, pois este tipo de matéria tinha que ser apresentada por



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

todo o colegiado, de forma unânime, logo, ratificou que era favorável a diminuição, mas, desde que discutida a proposta, com maior profundidade, ao invés de os vereadores chegarem, na tribuna, e “jogar o assunto no ventilador”, que a população não desejava, de fato, diminuir o número, mas que o seu vereador mostrasse serviço, com o trabalho, apresentação de projetos e propostas, e que, o povo sabia quem, verdadeiramente, trabalhava por Mogi Mirim. Para finalizar, disse que estava feliz, por ter votado o Projeto de Lei nº 09/2017, autorizando o crédito adicional, justamente, para atender a um pedido do Vereador Tiago Costa, que fizera, em rede social, um vídeo, de um personagem, que criara, que pescava, num buraco, “na rua da pescaria”, provando que, “quando a coisa era séria, ela voltava de forma séria”. O próximo orador foi o Vereador Gérson Rossi Júnior, que abordou a temática trazida por munícipes, na participação da Tribuna Livre, registrando sua opinião, diante do cenário colocado, pelo orador da Tribuna, o ex-vereador Luiz Guarnieri, da tendência de piora, no trânsito, no centro da cidade, e de trazer o povo às compras, na região central. Sua sugestão era a da implantação de bolsões de estacionamentos públicos, em áreas, sem construções, em parceria, com os respectivos proprietários, talvez, pela isenção do IPTU, por exemplo. Registrou, que era uma ideia, que poderia ser aprimorada, todavia, era necessário criar condições de estacionamento, no centro urbano, para que a cidade não se tornasse “uma cidade fantasma”. Na sequência, falou sobre a limpeza, na cidade, operação tapa-buracos e estradas rurais, e informou que, segundo apurado, com o Secretário de Agricultura, Valdir Biazotto, duzentas horas/máquinas equivaleriam a quarenta, ou quarenta e quatro mil reais, mas ele, orador, percebia que a administração “cobria um santo e descobria outro”, porque, quando se levava a máquina, para a zona rural, descobria-se o Parque das Laranjeiras, e, quando a máquina era levada ao Parque das Laranjeiras, descobria-se a zona rural, portanto, necessária era otimização e também, dar condições financeiras, para que as secretarias pudessem fazer



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

o próprio serviço, tanto na zona rural, quanto na zona urbana. Criticou que a Secretaria de Agricultura fosse a responsável pela manutenção das estradas rurais, porque, sob sua ótica, tal secretaria deveria se dedicar, exclusivamente, aos assuntos da agricultura, mas, há muitos anos e várias gestões, percebia-se a Secretaria de Agricultura atendendo à zona urbana e isto, era errado, porque na zona urbana deveriam ser utilizadas máquinas da Secretaria de Obras; que esta era a defesa daqueles que conviviam com o “homem do campo”; que o município não estava dando conta do serviço e ele entendia que não havia saída, a não ser a terceirização dos serviços, mas havia a questão do custo, logo, era preciso fazer algo, já era mês de fevereiro de 2018 e ainda não se constatava uma estrutura de serviços adequada ao tamanho da cidade, para a conservação das estradas, ou até mesmo, para a limpeza pública. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. Ele, iniciou, narrando a história do prefeito de Colatina, Sérgio Menegueli, cidade instalada no noroeste do Estado do Espírito Santo, gestor que tinha dado prioridade à saúde, cancelando o carnaval popular e utilizando a verba relativa, para melhorias nas UBSs daquela cidade, e registrou que, quando às vésperas do carnaval 2018, em Mogi Mirim, ele havia dito, que não era o momento de se gastar vinte e cinco mil reais, na festa popular; que a festa tinha contado com baixa adesão de populares; que, com vinte mil reais, teria sido possível consertar a máquina da Secretaria de Agricultura e ela poderia ter sido utilizada, efetivamente, nas ruas do Parque das Laranjeiras; que, mesmo sendo a verba oriunda da Secretaria da Cultura, ele acreditava todos os vereadores concordariam, em transpor a verba, ou perguntava, isto só era possível, na cidade de Colatina?; que o povo não estava sendo prioridade, em Mogi Mirim; que, em 03 de janeiro de 2018, ele encaminhara ofício, ao Gabinete do Prefeito, solicitando que as máquinas fossem dirigidas ao Parque das Laranjeiras, e já se estava, praticamente, no final de fevereiro, e máquina alguma havia passado perto do Parque das Laranjeiras; que, com apenas vinte mil reais teria sido possível consertar a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

máquina da Secretaria de Agricultura; que, agora, pensava-se, em aluguel de horas/máquinas e ele questionava, então, por que a administração não tinha feito isso já no mês de janeiro, antes das chuvas; que a administração deveria priorizar a população, os moradores; que ele falava também, sobre a limpeza das creches e escolas, obrigação da Secretaria de Educação, que deveria ser prioridade; que o Secretário Fábio Mota viria, na Casa, convocado que fora, para dar todas as explicações, e ele, orador, desejava que todos os vereadores, de maneira, ou outra, buscassem do gestor todas as informações possíveis sobre o assunto da limpeza pública, para mostrar, para a administração, que os vereadores estavam ao lado do povo; que era necessário humanizar a cidade e a limpeza pública era assunto sério, principalmente, nas escolas, que uma das informações, que ele desejava ter, do gestor da pasta, era o número de terceirizados, colocados na limpeza pública, porque ele acreditava o número era menor do que o necessário, e que, este número deveria estar, por volta de duzentos terceirizados, logo, ele acreditava que a administração estava economizando, justamente, na limpeza pública. Depois, o vereador agradeceu aos pares a aprovação do Requerimento nº 43/2018, de sua autoria, requerendo informações sobre a destinação a ser dada ao antigo prédio do Centro de Saúde, localizado na Avenida Santo Antônio, porque o prédio estava “largado e abandonado”, sujo, muitos munícipes lhe perguntavam a respeito do prédio e qual destinação lhe seria possível. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. Ele versou sobre a questão da redução do número de vereadores e parabenizou o Vereador Geraldo Bertanha, pelo discurso, que tinha feito sobre o tema. Salientou que concordava com a redução, de dezessete, para onze vereadores, todavia, assim como dito pelo Vereador Geraldo, ele também repudiava a maneira como a matéria tinha sido colocada, no ano passado, ou seja, “goela abaixo dos vereadores”. Mencionou também, o discurso do Vereador Orivaldo Magalhães, apreciara as colocações feitas, as quais tinham demonstrado uma possível economia de dois



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

milhões e meio de reais, diante da redução do número de vereadores, e disse que, com dois milhões e meio de reais, seria possível ao município adquirir dez ônibus escolares, ou dez ambulâncias, trazendo economia também à cidade, embora, muitas vezes, dinheiro não adiantasse, se não se soubesse gastá-lo, no devido lugar, aplicando-o, em prol da população. Ratificou as palavras ditas pelo Vereador Luís Roberto Tavares, sobre a precária situação do Parque das Laranjeiras, tinha conhecimento de tudo, pois, como era motorista das ambulâncias da Secretaria de Saúde, trabalhava, percorrendo o bairro, durante a noite, e relatou caso de uma mãe, que estava reclamando, porque o motorista do ônibus, que levava seu filho à escola, não queria mais ir até a última rua do bairro, onde residia a família, porque eram muitos os buracos, na frente da casa, perguntando-lhe a mãe, se ele poderia jogar algum entulho, para tapar os buracos, porque o filho era cadeirante e precisava do transporte e falou ainda, que muitas vezes ele transportava os pacientes, no colo, ou na maca, até suas residências, haja vista que as ruas eram intransponíveis. Disse, que tinha muita tristeza, em ver os moradores daquele bairro sofrendo e ele, sem poder fazer nada, para ajudar, e até imaginou, como só havia uma máquina, que ela lhe fosse entregue, nos sábados e domingos, porque ele passaria a máquina, nas ruas de terra do Parque das Laranjeiras, gratuitamente. Frisou, que lhe parecia politicagem a forma como fora apresentado o projeto de redução do número de vereadores, todavia, concordava com a redução e conjecturou, que dever-se-ia diminuir o número de deputados estaduais e federais também, e seus respectivos cargos comissionados. Sobre a reforma da previdência, registrou que o Presidente Michel Temer tinha se aposentado, com cinquenta e dois anos de idade, que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tinha chamado os brasileiros, que se aposentavam muito cedo, de vagabundos e ele dizia, então, que vagabundo era político corrupto e que, neste ano eleitoral, provavelmente, ele não apoiaria ninguém, pois não estava acreditando, em ninguém. A próxima oradora foi a Vereadora



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Marie Helena Scudeler de Barros. Ela se reportou ao assunto do antigo prédio do Centro de Saúde, localizado na Avenida Santo Antônio, objeto do discurso do Vereador Luís Roberto. Aclarou, que detinha informações sobre o processo de doação do prédio, do Estado, para o município, que já estava acontecendo, porque o prefeito Carlos Nelson Bueno havia solicitado o prédio ao Governador Geraldo Alkmin; que o prédio pertencia ao IPESP - Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo; que a doação já tinha sido solicitada, junto ao Governo Estadual; que, por parte da prefeitura, tinham sido apresentados planta e memorial descritivo, o prefeito havia assinado a solicitação, naquela semana, e esta, seria entregue ao Governador do Estado; que ela também se preocupava, com a destinação daquele prédio, e acreditava que, no ano em curso, a situação se resolvesse, que ela entendia o prédio seria demolido, totalmente, e que, era de seu conhecimento ainda, que existia pedido, para ocupação do local, com uma nova Delegacia de Ensino, “uma grande planta, para aquele trecho da Avenida Santo Antônio”. O próximo orador foi o Vereador Moacir Genuario. Ele parabenizou o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, pela passagem do aniversário. Depois, falou que a Câmara havia aprovado alguns projetos, os quais tinham se tornado lei, e que, a administração precisava fazer a fiscalização dessas novas leis, pondo-se em ação, como era o caso, justamente, da proibição do uso de fogos de artifício, com estampido, e a nova lei do silêncio e sossego, porque muitas reclamações estavam lhe chegando, principalmente, de moradores do entorno do Complexo Lavapés, região do CECAP e Nossa Senhora Aparecida, e lhe parecia impossível, que a fiscalização estivesse ignorante desses fatos, pois o número de reclamações era enorme. Ele cobrava uma atuação mais forte, neste sentido, porque o barulho era tremendo, no Lavapés, todos os finais de semana, ninguém conseguia dormir e ninguém tomava providências. Verbalizou que a Câmara aprovara a lei e deveria cobrar um pouco mais do Poder Executivo, para que as leis aprovadas fossem cumpridas, e registrou que o Clube Mogiano seria notificado,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

quanto à soltura de fogos, com estampido; que dever-se-ia fiscalizar os locais corretos e não fiscalizar lugares, onde não havia perturbação do sossego, e que, ele esperava providências. O próximo orador foi o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, que abordou a temática trazida, em Tribuna Livre, pelo ex-vereador Luiz Guarnieri e outros comerciantes de Mogi Mirim, sobre o estacionamento rotativo. Salientou que o ex-vereador fizera a defesa do comércio de Mogi Mirim; que ele era comerciante, prestador de serviços e observava a luta, que os comerciantes travavam, para alavancar o comércio, na cidade, e era, realmente, lamentável não conseguir estacionar, no centro da cidade, porque não existiam vagas disponíveis, todas estavam lotadas sempre, os estacionamentos particulares todos também lotados, e, no caso de se estacionar distante do centro, o carro poderia ser roubado, pois não havia segurança, logo, ele parabenizava o ex-vereador Luiz Guarnieri e todo o grupo de comerciantes, que o acompanhava, porque empreendiam uma luta árdua, em prol do comércio de Mogi Mirim, e era boa coisa mesmo, que os comerciantes se unissem e buscassem alavancar o comércio de Mogi Mirim. Sobre outro assunto, frisou que as pessoas deveriam deixar a vaidade de lado; que ele não tinha vaidade; que a Câmara apresentara muito poucos projetos, ele mesmo, nenhum até a data, mas era preciso trabalhar; que a questão da redução do número de vereadores devia ser ação colegiada, ao invés de apresentada, por uma única pessoa, porque todos deveriam ser favoráveis, pois todos estavam para representar o povo, lutar, em prol do povo; que os vereadores deveriam deixar o ego de lado, transpor a vaidade, porque, se seriam reeleitos, ou não, o povo era quem iria decidir, não se deveria ser “sacana”, como havia sido a Câmara passada e registrou, que muitos daqueles “vereadores faladores”, que só estavam, na Câmara, “para molhar a mão”, não haviam retornado, e ele “estava pouco se lixando”, se seria reeleito, ou não, porque não dependia da Câmara, para viver, estava, na Câmara, por vontade própria e da população de Mogi Mirim, assim como, ele acreditava estarem os



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

demais, e clamou aos pares, para que todos trabalhassem muito pela cidade. Depois, criticou a determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, que suspendera “tudo o que era bom e para o bem de Mogi Mirim”, referindo-se à suspensão do financiamento, junto ao BNDES, e perguntou, por que o TC não havia fiscalizando, com igual rigor, o governo anterior, aprovara contas, onde havia corrupção inserida. O vereador questionou “o que tinha, no meio desse negócio”, lembrou de um personagem, protagonizado pelo ator Milton Gonçalves, e de seu jargão, “soltou o maço, bateu o carimbaço”, e disse que “essas pessoas não tinham vergonha, na cara”. Criticou a falta de conserto à máquina patrol, da Secretaria de Agricultura, que custaria apenas vinte mil reais e registrou, que o aluguel de horas/máquinas seria de quarenta mil reais, questionou tal valor, já que tinha que ser honesto e probo. Falou que não estava comparando este, ao governo anterior, que locava tudo, mas era hora de a prefeitura ter suas próprias máquinas e do TC “parar com a pouca vergonha”, porque o povo de Mogi Mirim não podia mais ficar ao “Deus dará”, como estava, há muito, no Parque das Laranjeiras. Como o próximo orador inscrito, Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Ela comentou a proposta de aluguel de horas/máquinas e trouxe cálculos. Destacou que, duzentas horas/máquina, ao custo de quarenta mil reais, o custo da hora trabalhada seria de duzentos reais e a estimativa era a de que as máquinas trabalhassem, por vinte e cinco dias; que a prefeitura possuía excelentes funcionários, para operar máquinas, devido à experiência adquirida, e disse, uma vez consertada a máquina da Secretaria de Agricultura, se tais funcionários trabalhassem também aos sábados e domingos, que o custo das horas-extras desses profissionais ficaria bem abaixo do valor da contratação das horas/máquinas, e que, se o aluguel fosse concretizado, passado o período de vinte cinco dias, os problemas poderiam retornar e a prefeitura continuaria, sem uma máquina própria. Depois, versou sobre a redução do



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

número de deputados, fez outros cálculos e sublinhou, que um deputado, representava seis cidades, e ela não achava um número elevado; que o correto seria parar de se preocupar, com o efeito, e começar a se preocupar, com a causa, porque a maior preocupação deveria estar, em mudar, totalmente, a política do país, acabar com a corrupção e a politicagem, que assolavam o país, bem como, com a falta de punição, pois, daí sim, a economia seria eficiente. Frisou, finalmente, que apoiava a ideia da audiência pública, para discussão da temática, sobre a redução, porque “seria possível falar, em números reais”, e aguardava, então, a data da reunião. O próximo orador foi o Vereador Tiago César Costa. O vereador iniciou, falando sobre a redução do número de vereadores, e verbalizou, que ele era pessoa democrática e apoiava a discussão da proposta, em audiência pública, cada um, colocando seu ponto de vista, porque, se a maioria entendesse, que a redução viria, para o bem de Mogi Mirim, ele votaria, com a maioria, todavia, tinha argumentos contrários à redução. Sugeriu o número de treze vereadores, para ele, o número ideal. Sublinhou, que também estava despreocupado com sua reeleição, porque era advogado, tinha sua profissão e também, não dependia do subsídio dos vereadores, “para tocar sua vida”, mas, acreditava que a proposta deveria ser melhor ponderada, em alguns pontos, porque de nada adiantava à Câmara economizar, enquanto o Executivo gastava o dinheiro, ou “pagava mensalão, para vereador”, como tinha acontecido, em várias câmaras municipais, haja vista que a economia seria utilizada, em prol da compra de vereadores, algo que acontecia, de fato, na esfera do Poder Legislativo, e os vereadores de Mogi Mirim não poderiam ser hipócritas, acreditando, que isso não pudesse acontecer, na cidade; que isto, não era um argumento, mas uma realidade do país; que, por muitas vezes as Câmaras devolviam milhões ao Executivo e, se o dinheiro fosse bem utilizado, isto seria bom, mas ele registrava os atos de “certo prefeito, que passara por Mogi Mirim”, o qual conseguira aprovar a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, contendo, atualmente, mais de dez



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

milhões, em caixa, mas ninguém conseguia utilizar o dinheiro, e isto, era brincar com o cidadão; que não havia projeto, para este dinheiro, que estava estacionado, sem giro, enquanto que todos os setores da Prefeitura estavam necessitando de verbas; que ele escutara pessoas experientes, contrárias à redução do número de vereadores, uma delas, o ex-diretor da Câmara, Valter Poletini, e era bom dar ouvidos às pessoas mais experientes, na tentativa de evitar erros, pois a redução poderia ser boa ao povo, aparentemente, mas o tempo futuro poderia, justamente, demonstrar o contrário. Sobre a “denúncia”, que ele fizera, questões relativas às férias dos servidores da Secretaria de Educação, o Vereador registrou que o Ministério do Trabalho já estava a par do assunto, mantendo contato, com a prefeitura, para apurações, que ele não seria leviano, em divulgar, antecipadamente, qualquer informação, e, se uma “conta” chegasse para a prefeitura pagar, ele traria, na Câmara, o auto de infração, com o valor estampado, e da mesma forma agiria, retratando-se, se provada a inocência, da Prefeitura, no ato administrativo. Concluindo, frisou que a verba de asfaltamento, no valor de quinhentos mil reais, seria utilizada, justamente, numa rua, onde ele fizera protesto, através de um personagem, que criara, um pescador, que ficava pescando, no buraco, na rua Padre João Vieira Ramalho, e ele deixava, então, uma provocação, exortando todos os vereadores a irem nas ruas, do Parque das Laranjeiras, com uma tarrafa, visando desta forma, asfaltar as demais ruas, que precisavam. O último orador foi o vereador André Albejante Mazon. Ele, de início, parabenizou o Vereador Orivaldo Magalhães, pelo aniversário natalício. Na sequência, falou sobre a questão do trâmite do projeto de decreto legislativo, que ele desejava propor, sobre a realização de plebiscito, visando consulta, junto à população, sobre a redução o número de vereadores, explicando, igualmente, que sua proposta de lei não iria alterar a lei ordinária, que somente poderia ser alterada, mediante proposta de emenda à LOM, posteriormente, à audiência, acatada a decisão da maioria. Disse, que não havia imposto a matéria, nem solicitado



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

assinaturas, como falara o Vereador Geraldo, em seu discurso, mas apenas cedera cópia a todos, para leitura, a fim de que fosse discutida a ideia, durante a semana, diferentemente, do que tinha feito, no passado, o Vereador Cinoê Duzo. Afirmou, que a economia trazida, com a aprovação da matéria, poderia ser infinitamente maior, do que aquela calculada, pelo Vereador Orivaldo Magalhães, “se mais vereadores fossem buscar mais verbas”. Ao contrário dos que tinham abordado o assunto, defendeu a realização do carnaval popular, em Mogi Mirim, porque era algo válido e investir, em cultura, esporte e entretenimento, era investir em saúde, pois uma população sem opções culturais, sociais, ou esportivas, era uma população aberta a problemas de depressão e à majoração do consumo de drogas, por parte dos adolescentes, ambas questões custosas à saúde pública. Parabenizou o investimento feito pela prefeitura, no carnaval, a baixo custo, mas que mostrara resultados, porque era fácil a uma pessoa criticar o carnaval, quando se era sócio de um clube social bom, ou quando se tinha a opção de viajar, no feriado, e perguntou, para concluir, o que seria, então, da população carente e sem opções, ficaria ela refém de fazer nada, na cidade, durante o feriado? Nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h05 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM